

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

VALKERLINE PINTO PIRES

POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE LUDOVICENSE: uma análise da
confiabilidade do trabalho policial militar no Polo Coroadinho

São Luís

2022

VALKERLINE PINTO PIRES

POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE LUDOVICENSE: uma análise da
confiabilidade do trabalho policial militar no Polo Coroadinho

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA como
pré-requisito para a obtenção do grau de
Bacharelado em Segurança Pública.

Orientador: Major QOPM Marcos Silva e Silva

São Luís

2022

Pires, Valkerline Pinto.

Polícia militar e a sociedade ludovicense: uma análise da confiabilidade do trabalho policial no Polo Coroadinho / Valkerline Pinto Pires. – São Luís, 2022.

51 f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Maj. QOPM Marcos Silva e Silva.

1.Confiança. 2.Polícia militar. 3.Polo Coroadinho. I.Título.

CDU: 355.511.6(812.1)

VALKERLINE PINTO PIRES

POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE LUDOVICENSE: uma análise da
confiabilidade do trabalho policial militar no Polo Coroadinho

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA como
pré-requisito para a obtenção do grau de
Bacharelado em Segurança Pública.

Aprovado em: 23 / 02 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Major QOPM Marcos Silva e Silva (Orientador)

Prof. Dra. Vera Lúcia Santos Bezerra

Doutora em Administração- FGV/EBAGE

Major QOPM Orlando Cloves Alves Frazão

A todos os professores, amigos e familiares
que contribuíram com a minha formação
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, meu salvador, e quem ouve minhas orações e nunca me desamparou.

Aos meus pais, Dona Leonete e o senhor Valério, que sacrificaram suas vidas para que eu me dedicasse aos estudos. A minha irmã, Vanderline Pires, que sempre esteve comigo nos “perrengues” da vida.

As minhas tias Leonilde, Leonice, Zilda e a minha vizinha Tereza, pela confiança no meu projeto de vida, me auxiliando financeiramente e com conselhos.

Aos meus amigos da Vila Itamar, aos professores do Luís Rêgo: Professora Terezinha, Marcio e Marcos que viram naquela garotinha um potencial e não me deixaram desistir dos meus sonhos.

Aos professores do curso de Engenharia Química da UFMA, em especial o professor Harvey e a professora Audirene que sabendo da minha dificuldade financeira em me manter no curso sempre me priorizavam nas bolsas. Agradecer ainda ao Professor Haver pelo auxílio na decisão de ir para o CFO e sempre se incentivar a lutar pelas minhas conquistas mesmo que todas as circunstâncias estivessem ao meu desfavor.

A professora Lurdinha pela sua demonstração de compreensão e humanidade.

A meu orientador Marcos Silva e Silva, pela ajuda e apoio na confecção deste trabalho.

As minhas amigas Talita, Nariete, Renata e Larissa que me estiveram presente em todos os momentos difíceis da minha jornada acadêmica.

Ao meu tio postigo Fausto, que por mais que não o veja com tanta frequência eu sei que posso recorrer a ele quando as coisas parecerem periclitantes.

Aos meus amigos da 24^o turma do CFO, em especial ao feminino que dividiu comigo todos os desafios desses quatro anos de curso.

Ao meu namorado Max Bogea, por aguentar meus estresses e me amar mesmo quando não mereço.

A minha sogra, Eliane Costa que se tornou minha segunda mãe e sem ela não conseguiria terminar este curso.

À população do Coroadinho, em especial aos integrantes da Igreja Batista pelo auxílio na aplicação do questionário. Ao 42º Batalhão de Polícia Militar no qual fui acolhida como uma integrante da família.

Enfim, a todas as pessoas que fizeram e fazem parte dessa minha jornada. Essa vitória também é de vocês!

“É o grau de comprometimento que determina o sucesso, não o número de seguidores”.

J. K Rollin

RESUMO

Em uma análise do contexto dos índices de confiança na polícia militar, este trabalho tem como objetivo buscar identificar fatores que influenciam a confiabilidade dos moradores do polo Coroadinho em relação a Polícia Militar. Após uma consulta bibliográfica, nota-se a falta de debate sobre este assunto no país. Confiança é a expectativa positiva sobre as instituições, uma medida importante para legitimidade dos regimes democráticos. Faz-se um estudo sobre os resultados obtidos através de uma pesquisa de opinião no Polo Coroadinho, bairro pertencente à São Luís- MA, no ano de 2021. Os resultados evidenciam uma taxa de confiança bastante elevada quando comparada com outros estudos com medidas semelhantes. As medidas de confiança são influenciadas por diversos fatores como: socioeconômicas, tipos de contato entre polícia e cidadão, percepção de desordem na vizinhança e percepção da eficiência institucional. A partir dos resultados obtidos constatou-se que pessoas adultas que tiveram alguma experiência negativa com o serviço prestado, tendem a confiar menos no trabalho policial militar. Apesar dos níveis de instrução serem decisivos para as taxas de confiança, a presença policial nos bairros foi o fator que mais influenciou na aprovação da população em relação ao trabalho policial no polo Coroadinho.

Palavra-chave: Confiança. Polícia Militar. Polo Coroadinho

ABSTRACT

In an analysis of the context of trust indices in the military police, this work aims to identify factors that influence the reliability of residents of the Coroadinho pole in relation to the Military Police. After a bibliographical consultation, it is noted the lack of debate on this subject in the country. Trust is the positive expectation about institutions, an important measure for the legitimacy of democratic regimes. A study is carried out on the results obtained through an opinion poll at Polo Coroadinho, a neighborhood belonging to São Luís-MA, in the year 2021. The results show a very high confidence rate when compared to other studies with similar measures. Trust measures are influenced by several factors such as: socioeconomic, types of contact between police and citizens, perception of disorder in the neighborhood and perception of institutional efficiency. From the results obtained, it was found that adult people who had some negative experience with the service provided tend to trust military police work less. Despite the levels of education being decisive for trust rates, the police presence in the neighborhoods was the factor that most influenced the approval of the population in relation to police work in the Coroadinho hub.

Keyword: Trust, Military Police, Polo Coroadinho

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Confiança na Polícia Militar (Regiões e Brasil)	19
Figura 2- Organograma simplificado da PMMA Fonte: PM/3 da PMMA	23
Gráfico 1- Faixa etária da amostra	29
Gráfico 2- Bairro onde reside os entrevistados	30
Gráfico 3- Avaliação do sexo da amostra.....	32
Gráfico 5- Nível de conhecimento dos entrevistados	34
Gráfico 6- Contato compulsório.....	35
Gráfico 7- Avaliação do contato compulsório da polícia militar	36
Gráfico 8- Avaliação do contato voluntário.....	37
Gráfico 10- Avaliação da presença policial nos bairros do Polo Coroadinho	39
Gráfico 11- Nível de confiança da população no trabalho policial militar	40

LISTA DE SIGLAS

- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- PMMA- Polícia Militar do Maranhão
- SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

LISTA DE SÍMBOLOS

- n - amostra calculada
- N - População;
- Z - Variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança
- e - Erro amostral
- p - verdadeira probabilidade do evento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OS CONCEITOS DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA CONFIANÇA NA POLÍCIA MILITAR.....	14
2.1	Os conceitos de segurança pública e da confiança	14
3	OS IMPACTOS DA CONFIANÇA NO TRABALHO POLICIAL MILITAR.....	16
3.1	O nível de confiança nas Polícias do Brasil	19
4	O QUE DETERMINA A CONFIANÇA NO TRABALHO POLICIAL MILITAR? 20	
4.1	A Polícia Militar e a sua função	20
4.1.1	A Polícia Militar do Maranhão.....	21
4.2	A influência das características sociais, demográficos e econômicos	23
4.3	A influência do tipo de contato	25
4.3.1	Contato compulsório	25
4.3.2	Contato voluntário	26
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
5.1	Metodologia	27
5.1.1	Pressuposto epistemológicos.....	27
5.2.2	Abordagem e tipologia da pesquisa	27
5.2	Local da pesquisa	27
5.3	Técnicas de pesquisa, tratamento de dados.....	28
5.4	Universo da amostra	28
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	29
6.1	Tratamento dos dados	29
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	APÊNDICE A - Questionário aplicado aos moradores do Polo Coroadinho.....	46

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Segurança Pública e suas peculiaridades têm se tornado, nos últimos anos, um dos principais temas de discussão da sociedade brasileira, tal comportamento pode ser explicado pelo avanço da acessibilidade a informação e a educação. Nesse cenário, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144, tem sido alvo de debates entre populares e intelectuais sobre os deveres, direitos e limites das instituições de Segurança Pública.

Nesse contexto, são destacadas as atribuições dos órgãos de segurança pública e entre eles a polícia militar. Segundo (NASCIMENTO; CARMO, 2017), as atribuições das Polícias Militares se transformaram negativamente ao logo dos anos, indo de encontro aos direitos básicos e fundamentais das sociedades. Os policiais, no geral usam do poder incumbido a eles pelo estado para serem agressivos, desrespeitosos e infringir os direitos humanos fundamentais.

Tais comportamentos podem ser explicados historicamente pelas suas raízes no militarismo, onde, segundo dados históricos, os militares praticavam diversos crimes contra a pessoa e aos direitos civis. Estas heranças negativas continuam apresentando resquícios nas polícias militares atuais que ainda são rasas nas suas qualificações nos comportamentos humanos (ZAULUR, 2014).

Com a evolução social e cultural, questionamentos sobre quão confiante são as instituições de segurança pública se transformou em um dos principais assuntos na sociedade. Para (BRADFORD, 2009; TYLER, 1990; TYLER; HUO, 2002; TYLER; FAGAN, 2008 apud ROLIM; HERMANN, 2018), quando a sociedade confia na segurança pública existe um respeito mútuo e há a necessidade em contribuir para a manutenção da ordem pública. Por outro lado, quando essa confiança é quebrada as polícias perdem a legitimidade perante as pessoas e há uma resistência na interação entre os agentes e a população.

Nesse sentido, os impactos da confiança da população no trabalho policial militar interferem na legitimidade da instituição perante a opinião pública. Altos índices de confiança nas instituições, implica na legitimação dos governos democráticos. Em países com regimes ditatoriais são comuns os relatos de abusos físicos e verbais, corrupção e negligência por parte das polícias (GOLDSMITH, 2005, p. 448).

Para o melhor entendimento sobre como funciona as medidas dos níveis de confiança nas instituições, é preciso observar quais os principais fatores que determinam a confiança da população no trabalho da polícia militar. Os que mais afetam são as características socio demográficas, o tipo de contato que a população tem com a polícia e os níveis de instrução dos indivíduos (SILVA, 2012).

O bairro do Coroadinho surgiu a partir do êxodo de pessoas do interior do estado para a capital maranhense em busca de melhores condições sócio-econômicas e que, na falta de moradias, começaram a ocupar a margem do rio das bicás. A partir de então houve disputas judiciais pelo território e que só foi favorável aos moradores em 1984 (PIO; ARAÚJO, 2019).

Apesar de conseguir o direito ao território do rio das bicás, a população do Coroadinho ainda sofre com a falta de investimentos em políticas públicas. As ocupações irregulares, a falta de saneamento básico, investimentos na saúde e educação fizeram com que a população vivesse anos em situações precárias e como consequência da ausência do Estado, deu-se início a instalação da criminalidade que perdura até hoje na região (PIO; ARAÚJO, 2019).

Tendo em vista as análises dos argumentos e conceitos apresentados e com base nas características sociais, econômicas e demográficas dos bairros pertencentes ao Polo Coroadinho, faz-se o questionamento de como o trabalho policial militar no Polo Coroadinho influencia na confiabilidade de suas ações como instituição de promoção de segurança pública? Nesse modo, busca-se medidas que possam responder esta indagação, através de pesquisar de opinião da população residente dos bairros inseridos no polo, fundamentando nos estudos presentes na literatura sobre este assunto.

Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar a confiabilidade da população residente no polo Coroadinho na polícia militar do Maranhão, identificando os fatores que influenciam altos e baixos níveis de confiança da população, além de descrever a influência do tipo de contato na confiança da sociedade no trabalho policial militar, verificar o grau de confiança que a comunidade possui em relação ao trabalho policial militar para a manutenção da ordem pública e demonstrar a confiabilidade do trabalho policial militar na aproximação entre a polícia e a sociedade. A fim de apontar os

possíveis impactos que esta medida pode ocasionar não apenas no trabalho da instituição, como também na legitimação dos estados democráticos de direito.

2 OS CONCEITOS DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA CONFIANÇA NA POLÍCIA MILITAR

2.1 Os conceitos de segurança pública e da confiança

A palavra segurança, no imaginário popular, tem o efeito de transmitir a sensação de proteção no que se refere à danos físicos e materiais, perdas financeiras e pessoais. Apesar desta noção ter um caráter superficial e primário, não está totalmente equivocada, pois a partir da definição da Escola Superior de Guerra (V. I, 2011), segurança é a garantia da preservação da ordem exercida pelo Estado através de seus mecanismos.

Ao acrescentar a característica pública ao termo segurança, obtêm-se a ideia de coletividade, pra toda uma sociedade. Dessa forma, para Souza (2009, p. 30), segurança pública diz respeito a um bem de caráter tanto individual como coletivo, que propicia a cada cidadão exercer seus direitos e liberdades previsto na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no artigo 144, onde o legislador define:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio[...] (BRASIL, 1988)

Contribuindo neste sentido, Brito (2007, p. 02-03) define segurança pública como:

Segurança pública, sob o aspecto jurídico, seria, portanto, o afastamento por meio de organizações próprias, de todo perigo ou mal capaz de afetar a ordem pública, em prejuízo, da vida, da liberdade ou de direitos de propriedade dos cidadãos. É uma condição concreta proporcionada pelo Estado legal, pela garantia e preservação de direitos e liberdades individuais a serem alcançadas por seus cidadãos. Na segurança pública, pode haver até mesmo uma limitação individual em detrimento do bem-estar de toda a sociedade, ou seja, a segurança pública limita a liberdade individual de forma que esta não ofenda a liberdade assegurada a todos, de maneira geral (BRITO, p. 02-03, 2007)

Na definição acima, menciona-se a expressão “ordem pública”. Nesse contexto, vale a pena defini-la, pois possui um conceito diferente de segurança pública e, ambas, podem ser facilmente confundidas. Conforme a Escola Superior de Guerra (V. I, 2011), ordem pública pode ser definida como um estado de paz ou calma e normalidade, sendo que a preservação cabe ao Estado, suas instituições e aos indivíduos inseridos na sociedade, sempre se ajustando às normas jurídicas legalmente estabelecidas.

Com base nos conceitos demonstrados, nota-se como já dito anteriormente, há uma diferença entre ordem pública e segurança pública, onde o primeiro está diretamente relacionado à tranquilidade, onde os cidadãos possam viver em um ambiente harmônico. Já o segundo, diz respeito ao uso do poder de polícia por parte do Estado com o intuito de preservar a ordem pública.

Segurança pública está diretamente relacionado à sociedade e, frequentemente, é utilizado como objeto de análise por especialistas e estudiosos. Em virtude de ter um caráter coletivo, aspectos como deficiências e melhorias, causam reflexos em toda a sociedade. Um dos pontos que se destacam em meio às discussões é com relação à confiança. Tal ponto se torna válido se discutir pois denota pontos positivos e negativos visualizados por aqueles usufruem deste bem. Inicialmente, é importante conceituar confiança que nesse contexto, representa a ligação entre os cidadãos e as instituições do Estado as quais representam o interesse coletivo, reforçando tanto os aspectos da legitimidade quanto da efetividade dos governos (MISHLER; ROSE, 2001; MOISÉS, 2005)

(BAYLEY; SKOLNICK, 2001) acrescentam que a confiança nas instituições é consequência das percepções dos cidadãos em relação às funções realizadas pelas instituições e sua eficácia.

Partindo do princípio que, a Polícia Militar possui um papel fundamental na promoção da segurança pública, torna-se importante analisar suas ações e discutir sobre sua efetividade, pois isso pode gerar subsídios e aperfeiçoamento. Corroborando nesta ideia, (TYLER, 2004) comenta que pelo fato da polícia militar ser composta por servidores públicos e suas ações serem diretamente voltadas para a sociedade, é importante que eles conheçam a avaliação do serviço que é prestado à

comunidade. Essas análises podem ser utilizadas como ferramentas para aprimorar suas ações e propiciar uma maior eficiência.

Essas análises realizadas são financiadas com a percepção do cidadão, essa que, de acordo com Lopes (2010) é composta por informações que o indivíduo tem sobre a polícia e sua atuação e, também, por experiências vivenciadas junto à instituição e seus membros.

Dentre esses dois fatores, vale ressaltar a experiência pessoal como algo determinante para definir a percepção do cidadão em relação à instituição. (FRANK; SMITH; NOVAK, 2005) reforçam essa ideia ao afirmar que as experiências vivenciadas podem ter uma grande influência na forma como o cidadão vê a polícia. Ou seja, o contato com o profissional para esclarecimentos, atendimentos de ocorrências, abordagem, seria um fator determinante na formação da imagem da instituição.

3 OS IMPACTOS DA CONFIANÇA NO TRABALHO POLICIAL MILITAR

A importância da confiança e seus impactos são demonstrados em todos os pontos deste trabalho, porém é interessante ressaltar essa importância a partir das citações dos pesquisadores consultados, que estabelecem alguns fatores como: a cooperação dos cidadãos e o registro de crimes, com influenciadores direto na aprovação da eficiência da polícia e, conseqüentemente, uma melhora dos níveis de confiança (SILVA, 2012).

Nesse sentido, a confiança se torna um fator de relevante importância na avaliação de desempenho, principalmente nas instituições de segurança pública sendo está a instituição governamental que trabalha na resolução e prevenção de crimes (PAIXÃO, 1988; KAHN, 2003; 2011; IPEA, 2011 apud SILVA; CAMINHAS, 2009).

Quando a sociedade confia nas instituições de segurança pública cria um sentimento de aceitação da população nas ações da polícia. A sociedade tende a acreditar que suas decisões são tomadas a partir uma análise imparcial, este fenômeno diminui os questionamentos do trabalho da polícia e como consequência, a menor necessidade do uso da violência (SILVA, 2012). Em contrapartida, a baixa

legitimidade do trabalho policial, interfere diretamente na aceitação, por parte da população, das ações policiais, dificultando a cooperação da população em medidas mais eficientes para a prevenção e resolução de crimes (HUDSON, 2006; ROTHSTEIN & USLANER, 2005; STOUTLAND, 2001)

A partir dessa análise, (SILVA; CAMINHA, 2000) consonância com as ideias de Moisés (2010) afirma que os altos índices de confiança nas instituições de segurança pública estão relacionados diretamente com manutenção da democracia

Assim, analisa-se a confiança em instituições fundamentais para manutenção do Estado de Direito e garantia da segurança dos cidadãos: 1) Governo Federal; 2) Governo Estadual; 3) Judiciário e 4) Polícia e 5) nas Instituições em Geral, através da construção de fator estatístico com as quatro instituições. É estabelecida a hipótese de as vítimas de crime possuem menor grau de confiança específica nas cinco instituições analisadas. Por isso, espera-se que a vitimização reduza a “Confiança Geral” no sistema de segurança pública como um todo. Utilizam-se modelos estatísticos de regressão linear para estimar os efeitos de variáveis socioeconômicas, fontes de informação sobre crimes e vitimização por crimes violentos (SILVA; CAMINHA, 2000).

Os altos índices de confiança nos órgãos de segurança pública, está diretamente ligado ao maior interesse dos cidadãos em participar da vida pública, facilitando o maior entendimento e aceitação das medidas tomadas pelo estado, portanto, consolidando o regime (MOISÉS, 2010).

Para a comunidade acadêmica, a confiança pode ser dividida em confiança difusa e confiança específica. A primeira pode ser relacionada com a avaliação geral de desempenho da instituição, e a segunda é caracterizada pela qualificação de desempenho específico de cada órgão governamental, sendo que seus resultados podem ou não ser observados pela população (BROWN & BENEDICT, 2002: 564; FRANK et al, 2005: 210 apud SILVA, 2012).

A partir de um resultado negativo em relação a confiança nas policias, é possível notar que está negativa está relacionada ao contato que os indivíduos da sociedade em questão costumam possuir com a polícia. Fatores como: má conduta dos policiais, uso excessivo da força, corrupção, abuso físico e verbal geram a desconfiança e o medo da população e, conseqüentemente, a não legitimação de suas ações perante a opinião pública (AVDIJA, 2010: 77 apud SILVA, 2012).

As instituições de segurança pública e o sistema judiciário são órgãos que dependem inteiramente da legitimidade de suas ações perante a população nos países com a democracia consolidada, sendo que é a partir do conhecimento da opinião pública que se pode fazer mudanças, reformular leis e direcionar recursos afim de atender o interesse coletivo (HURST et al, 2000 apud SILVA,2012).

Por outro lado, em países com regimes de governos autoritários é comum ouvir relatos de abusos, negligencias, crimes contra a pessoa e ao patrimônio por parte da polícia em relação a sociedade. Tais ações geram um distanciamento da sociedade com as instituições de segurança pública e isto ocasiona a desconfiança e ilegitimidade das ações policiais e, conseqüentemente, obrigando o estado a usar da força para se manter no poder (GOLDSMITH, 2005, p. 448).

A confiança também é um dos fatores de indicativo para o aumento de registro de crimes. Segundo (SILVA; BEATO, 2013) a população que confia nas ações policiais costuma considerar uma ideia plausível acionar a polícia para relatar qual indício de perturbação a ordem pública e não apenas para crimes mais graves.

(TYLER & FAGAN, 2008; SKOGAN, 1984, p. 114; 122-123 apud SILVA; BEATO, 2013) ainda afirmam que a decisão de acionar a polícia possui um caráter instrumental/racional, pois o “receio de ser hostilizado”, não ser bem tratado ou não ter um bom serviço prestados são as conseqüências da desconfiança da sociedade, levando o não acionamento dos órgãos de segurança pública.

Uma das principais conseqüência do não registro de crimes é a inviabilidade de investigação e o recrutamento de testemunhas. Outro efeito é a imigração dos criminosos que cometem crimes menos graves para mais graves, devido ao não relato e, portanto, não investigados (SKOGAN, 1984 apud SILVA; BEATO, 2013)

a confiança favorece a legitimidade da instituição policial e a cooperação dos cidadãos com ela. Pode contribuir para a maior predisposição dos cidadãos em registrar crimes, aumentar a coesão social e o controle social informal. Tanto é um sinal quanto potencializa a eficácia da polícia (SILVA; BEATO, 2013)

Tem-se então, que a confiança é um termômetro de validação das instituições de segurança pública, por meio desta é possível avaliar como a sociedade recebe as medidas e decisões tomadas pelos governos e instituições governamentais. Além de

fornecer como a sociedade pode cooperar para a manutenção da ordem pública e garantir a legitimação e a consolidação da democracia.

3.1 O nível de confiança nas Polícias do Brasil

O Instituto de Pesquisas Econômica- IPEA (2012), fez um levantamento sobre o nível de confiança da população brasileira nas instituições policiais. Foram feitas pesquisas sobre o trabalho das polícias militares, polícia federal, polícias civis e da polícia rodoviária federal.

De acordo com os resultados obtidos na referida pesquisa, 50,9% dos das pessoas que foram submetidas a entrevista confiam ou confiam muito na Polícia Federal, 49,5% confiam ou confiam muito na Polícia Rodoviária Federal e para as organizações estaduais são, aproximadamente, 38,6% para Polícia Civil e 37,5% para Polícia Militar (IPEA, 2012).

Existem fatores socioeconômicos que interferem nos níveis de confiança. Porém, quando se trata da região onde os entrevistados foram abordados os valores se distinguem ainda mais.

Figura 1- Confiança na Polícia Militar (Regiões e Brasil)

		Grau de confiança na Polícia Militar					Total
		Confia muito	Confia	Confia pouco	Não confia	NS/NR	
Região	CENTRO-OESTE	10,4%	27,4%	38,5%	22,6%	1,1%	100,0%
	NORDESTE	4,5%	33,5%	41,7%	20,1%	0,2%	100,0%
	NORTE	10,8%	20,3%	40,0%	28,2%	0,7%	100,0%
	SUDESTE	5,9%	31,3%	38,3%	23,9%	0,6%	100,0%
	SUL	5,6%	35,3%	46,7%	12,0%	0,4%	100,0%
	BRASIL	6,2%	31,3%	40,6%	21,4%	0,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2012

De acordo com a figura 1, os maiores níveis de confiança nas polícias militares estão nas regiões Nordeste e Sul, com 38% e 40,9%, respectivamente. Em contrapartida as regiões: Sudeste (37,2%), Centro- Oeste (37,8%) e Norte (31,1%),

sendo a região Norte com os menores índices de confiança do país (SIPS- IPEA, 2012).

4 O QUE DETERMINA A CONFIANÇA NO TRABALHO POLICIAL MILITAR?

4.1 A Polícia Militar e a sua função

A sociedade moderna é composta por instituições que regulam o desenvolvimento e o convívio social e estão presentes em áreas como: a saúde, educação, justiça, governo e segurança pública.

Ao longo dos anos, o tema segurança pública tem sido debatida pela sociedade, mais precisamente, pelos índices de criminalidade. Dessa forma, a polícia militar é um dos ramos mais importantes desse setor e que tem um papel fundamental para a garantia da ordem pública e segurança dos cidadãos. Para Bobbio (2000):

qualquer outro bem Função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguardar a manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de tutelado com disposições penais. (BOBBIO, 2000)

Ao fazer uma análise da citação de Bobbio (2000), é possível notar que a polícia militar tem um papel importante na sociedade moderna, cabendo a ela viabilizar um ambiente que promova um bom convívio entre os cidadãos.

A origem da instituição policial no Brasil ocorreu em meados de 1530 após a chegada de Martins Afonso de Souza no Brasil, com a primeira guarda militar que acompanhava o 1º Governador da Colônia, Martin Afonso de Sousa no século XVI (FAORO, 1997 apud SOUSA; MORAES, 2011). Porém, foi no período imperial que surgiu a polícia com instituição, sendo dividida entre: Polícia Militar e Civil. Naquela época as atribuições da polícia incluíam a investigação dos crimes e a captura de criminosos, principalmente, escravos fujões, além disso, o intendente geral da polícia possuía o cargo de desembargador podendo não apenas prender, mas também julgar e punir os criminosos (COSTA, 2004; *apud* SOUSA; MORAES, 2011).

No período da primeira república (1889- 1930), com a abolição da escravatura, a instalação do federalismo e a expansão das cidades houve mudanças

significativas na sociedade brasileira, e conseqüentemente, na atuação das polícias. No aspecto social, o papel da polícia se concentrava em manter o controle social e vigiar a segurança das classes perigosas (SOUSA E MORAES, 2011).

Para (HOLLOWAY, 1997; apud SOUSA; MORAES, 2011), os mecanismos de manutenção do isolamento das classes consideradas perigosas geraram a reformulação do Código Penal, onde a ênfase era no criminoso e não no ato criminal, sendo assim os comportamentos e hábitos dos grupos perigosos era criminalizado.

A partir do golpe de 1930 e a instauração da Era Vargas, a polícia assumia um papel fundamental na sociedade, afim de garantir a manutenção do controle social e o controle dos grupos políticos dissidentes. Como forma de garantir o poder sobre a polícia o então presidente fez uma reforma nos quadros da instituição, exonerando e substituindo cargos de confiança e delegando-os para seus apoiadores (SOUSA E MORAES, 2011).

Da mesma forma que ocorreu na Era Vargas, as polícias assumiram um papel de contenção dos grupos políticos opositores. A violência foi um instrumento utilizados para a repressão e controle social, mas diferente da Era Vargas, a repressão aconteceu não apenas pelas polícias, mas também pelas forças armadas (COSTA, 2004; apud SOUSA; MORAES, 2011).

Com o fim da ditadura militar e o início da redemocratização em 1985 houve diversas mudanças políticas e sociais no país. Em 1987 foi instaurada a Assembleia Constituinte que culminou com a criação da Constituição Federal em 1988 na qual houveram importantes mudanças na área da segurança pública no intuito de validar a gestão participativa entre a sociedade e governo para a resolução do problema da criminalidade (SOUSA; MORAES, 2011).

Assim, é possível notar que as mudanças ocorridas na sociedade brasileiras ao longo dos anos influenciaram significativamente na atuação da polícia e, conseqüentemente, na relação da mesma com a sociedade.

4.1.1 A Polícia Militar do Maranhão

A Polícia Militar do Maranhão foi criada através da Lei Provincial nº 21 de 17 de junho de 1836 com a denominação de Corpo de Polícia da Província do

Maranhão e inicialmente era constituída por um Estado Maior e quatro Companhias de Infantaria totalizando 412 policiais (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2013).

Ao longo dos anos, a PMMA recebeu diversas modificações da sua nomenclatura até receber o nome de Polícia Militar do Maranhão em 1951. Em 1841 deu-se início a expansão da PMMA para o interior do estado com a inauguração da 1º Corpo de Guarda Campestre através da Lei nº 110, de 28 de agosto (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2013).

Atualmente a instituição conta com um corpo de 11 mil militares e está presente em todos os municípios estaduais. Sendo comandada por um Coronel e um corpo de oficiais dos quadros QOPM (quadro de oficiais combatentes), QOAPM/QOEPM (quadro de oficiais administrativos e especialistas) e QOSPM (quadro de oficiais da saúde) (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2013)

A função da Polícia Militar está presente no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, demonstrada a partir da citação a seguir:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL 1988, p.1).

No Maranhão a competência da Polícia Militar do estado está embasada da constituição estadual no artigo 114.

Art. 114. A Polícia Militar, organizada com base na hierarquia e disciplina, força auxiliar e reserva do Exército, será regida por lei especial, competindo-lhe o policiamento ostensivo, a segurança do trânsito urbano e rodoviário, de florestas e mananciais e as relacionadas com a prevenção, preservação e restauração da ordem pública (MARANHÃO, 2014, p.1)

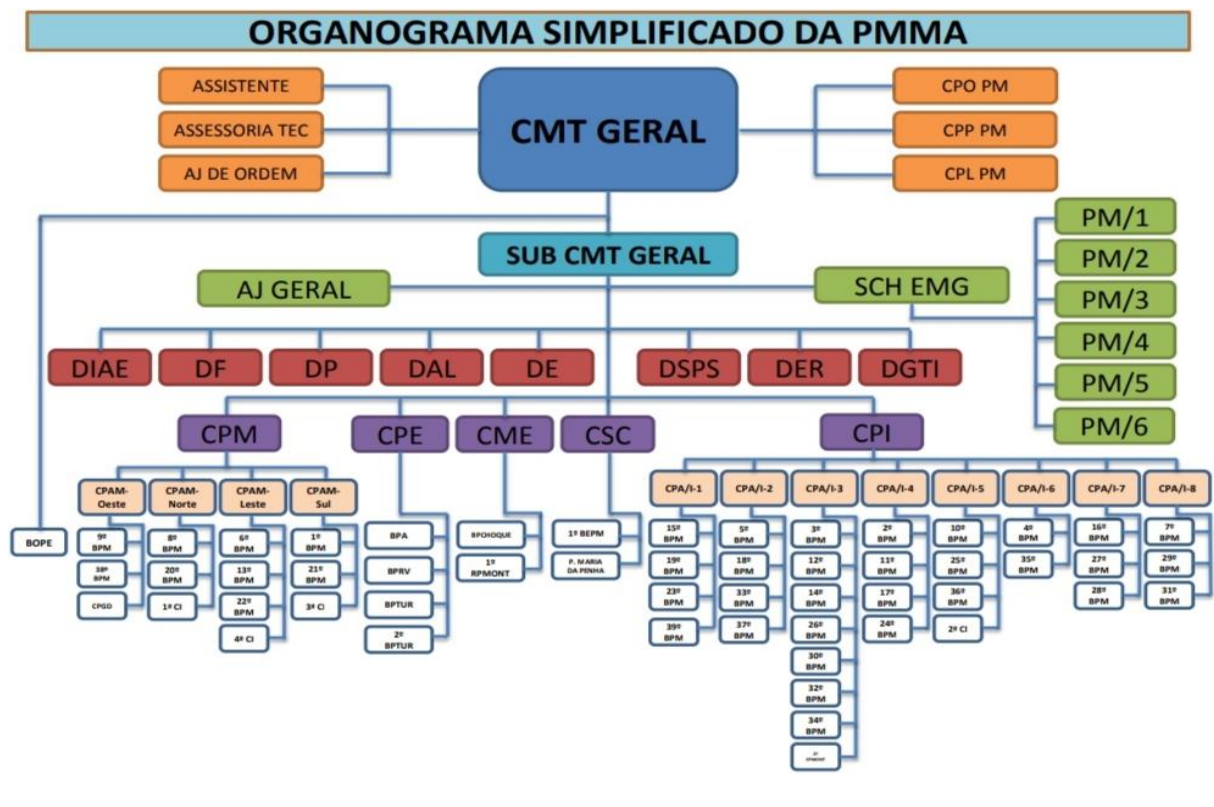
A partir de uma análise do artigo 114 da Constituição do Estado do Maranhão, é possível notar que o legislador baseia a Polícia Militar na hierarquia e disciplina e declara que esta é uma força auxiliar do exército sendo regida por uma legislação especial. Além disso, o mesmo artigo ainda destaca a competência da instituição no policiamento ostensivo nos mais variados locais onde poderá ocorrer o crime. Dessa forma, esclarecendo que a atuação da Polícia Militar do Maranhão não se resume apenas em espaços urbanos, mas também nas zonas rurais.

É importante também ressaltar que.

A Polícia Militar subordina-se administrativamente ao Governador do Estado, e, para fins de emprego nas ações de manutenção da ordem pública, fica sujeita à vinculação, orientação, planejamento e controle operacional da Secretaria de Segurança Pública. (Lei 4570 de junho de 1984).

Corroborando com a citação da Lei 4750 é importante observar que as ações e decisões da polícia militar do Maranhão são tomadas não apenas pela comandante da instituição, mas pela secretária de Segurança Pública. Essa decisão do legislador busca controlar e orientar as ações da polícia, através de um planejamento entre os órgãos que compõe a SSPM.

Figura 2- Organograma simplificado da PMMA



Fonte: PM/1 da PMMA

De acordo com o organograma é possível perceber que a PMMA é dividida em setores de apoio, planejamento e execução, sendo que todos buscam trabalhar em conjunto para melhorar a eficiência da instituição.

4.2 A influência das características sociais, demográficos e econômicos

(BROWN & BENEDICT, 2002: 543 apud SILVA, 2012), analisaram mais de cem artigos sobre a percepção do trabalho da polícia e suas consequências, neles são destacadas quatro principais variáveis, sendo elas: idade, interação com a polícia, raça e localidade.

De acordo com literatura, a influência dos fatores sociais, demográficos e econômicos são determinantes para a oscilação nos níveis de confiança na polícia por parte dos indivíduos (SILVA, 2012). No entanto, outros fatores também devem ser levados em consideração na influência da confiabilidade que a sociedade tem com a instituição. As características sociodemográficas, a percepção sobre o desempenho institucional, são fatores que associados (SILVA, 2012).

Dentre as variáveis mais recorrentes: sexo, idade, raça, renda, estado civil e religião (BROWN & BENEDICT, 2002; WEITZER & TUCH, 2004: 307 apud SILVA, 2012). Uma das variáveis mais impactantes nos níveis de confiança na instituição é a idade. (MYHILL; BEAK 2008 apud SILVA, 2012) afirma que quanto maior a idade do indivíduo mais ele confia no trabalho da polícia e, portanto, são os adultos os que mais confiam na polícia e os idosos são os que mais denunciam crimes para a instituição.

Lopes (2010) relata que no Brasil os resultados de altos índices de confiança por parte dos adultos são corroborados de acordo com as estatísticas dos outros países. O fator idade influencia não apenas nos níveis de confiança em si, mas como aquela sociedade vê o trabalho da polícia. Para (HURST et al, 2000 apud SILVA, 2012), cidades com menores números de jovens tendem a confiar mais na polícia e a denunciar mais crimes.

O tempo dedicado aos estudos também influencia no nível de confiança na instituição. Para (OLIVEIRA J., 2011: 12;16), quanto mais tempo o indivíduo dedica aos estudos, e, portanto, quanto mais graduado ele é, menos ele confia no trabalho da polícia e mais crítico se tornará as decisões tomadas pelos agentes. Divergindo das pesquisas apontadas pelos estudos feitos por MAGALHÃES (2003) conclui que o tempo de estudos possui uma influência positiva nos níveis de confiança da população.

As pessoas que encerraram seus estudos no colegial, por exemplo, tendem a confiar mais no trabalho policial do que os universitários. Estes, por sua vez, tendem a ser mais desfavoráveis a atuação da polícia (BROWN & BENEDICT, 2002:554; 551 apud SILVA, 2012).

(MACDONALD et al, 2007: 26 apud SILVA, 2012) afirma que os indivíduos com maior poder econômico acreditam que a polícia é mais injusta e desleal em suas ações. Para os autores citados, as pessoas com o menor poder aquisitivo são mais

desfavorecidas pelas as ações policiais e os serviços prestados pela instituição. No entanto, no Brasil esse fator se torna irrelevante nas pesquisas e opinião e, portanto, não podendo ser mensurado (LOPES, 2010)

Portanto, os fatores que definem a confiança no trabalho da polícia se destacam nos grupos de minoria da sociedade. De acordo com (BROWN & BENEDICT, 2002:544 apud SILVA; BEATO, 2013) historicamente as populações pobres e negras são as que mais sofreram ao longo dos anos com a ausência do estado e a violência polícia. Enquanto a parcela dominante da sociedade trata a polícia como aliada na manutenção de seus privilégios, a minoria por outro lado tende a ter menos confiança na instituição e liga esta desconfiança ao histórico de abusos cometidos ao longo dos anos, principalmente, nas favelas e invasões.

O sexo feminino por outro lado é apontado como os que mais são propensos a confiar no trabalho policial e diferente das pesquisas onde os homens foram abordados, a mulheres são as que mais avaliam positivamente os atendimentos prestados pelas polícias. Para (HUDSON 2006, p. 57 apud SILVA, 2012), o sexo feminino é mais propenso a aceitar e acatar as ordens policiais e são menos alvos de situações que envolvam a atuação da polícia.

4.3 A influência do tipo de contato

4.3.1 Contato compulsório

É incontestável que o fator mais determinante na avaliação da confiança do trabalho policial está ligado ao tipo de contato que o indivíduo passou com a polícia e se ele avalia positivamente ou negativamente (CAO, 2011: 06 apud SILVA, 2012).

(AVDIJA, 2010: 77; BROWN & BENEDICT, 2002: 551-552; 60 CAO, 2011: 06; HERRMANN et al., 2011; TANKEBE, 2010: 296; TAXMAN et al, 2005 apud SILVA, 2012) as pessoas que já sofreram ou presenciaram algum tipo de violência policial ou já foram vítimas corrupção ou extorsão tendem a fazer a pior avaliação do trabalho policial e confiam menos na polícia.

Goldsmith (2005: 454:457 apud Silva, 2012) identifica em seu trabalho as principais causas da desconfiança da sociedade em relação a polícia, e são elas: a negligência, indiferença, incompetência, venalidade (pequena corrupção), extorsão, discriminação, inconsistência, intimidação, força excessiva e brutalidade. O tratamento que a polícia oferece para a população, a qualidade desse contato e

percepção na resolução de crimes e conflitos são também fatores muito relevantes na avaliação do trabalho policial (MYHILL; BEAK, 2008:17 apud Silva, 2012).

SILVA (2012) ainda aborda o conceito de justiça procedimental.

De acordo com o conceito de justiça procedimental e justiça distributiva, o indivíduo leva em consideração mais experiências e o atendimento às suas necessidades do que se a eficácia em solucionar crimes ou prender criminosos para confiar ou não. A justiça procedimental reflete os julgamentos acerca do modo como a autoridade é exercida. Leva-se em conta a qualidade das decisões e se são tomadas com neutralidade e embasamentos factuais [...] (SILVA, 2012)

De acordo com o conceito de justiça procedimental e justiça e distributiva, a avaliação do atendimento é um fator de influência que deve ser levado em consideração. A eficácia no atendimento e no diálogo com a população, pode gerar um entendimento por parte da sociedade que a polícia, por mais que às vezes não consiga, tenha um interesse em solucionar crimes e resolver conflitos, e conseqüentemente, uma melhor avaliação do trabalho da polícia.

4.3.2 Contato voluntário

A avaliação do indivíduo é induzida pelo tipo de contato compulsório ou individual, que ele passou com a polícia.

Quando a pessoa procura a polícia para solicitar alguma informação, ou para relatar algum crime ou acidente de trânsito, há a maior possibilidade de ele avaliar positivamente o trabalho policial. (BROWN; BENEDICT, 2002:552 apud SILVA, 2012) ainda relata que no Brasil, as pessoas que foram vítimas de crimes são as que mais confiam na polícia e as que mais avaliam bem a atuação da instituição.

(MYHILL; BEAK, 2008: 18 apud SILVA, 2012), a avaliação considerada satisfatória ou insatisfatória no contato voluntário, é induzida pelo atendimento que ele recebeu. Ou seja, por mais que a maioria das pessoas que tenha procurado a polícia avalie positivamente o trabalho da instituição, essa avaliação está mais relacionada ao bom atendimento do que de quem iniciou a interação.

Apesar de alguma divergência sobre os efeitos do contato iniciado pela polícia, a avaliação negativa é mais frequente entre cidadãos que foram pessoalmente parados por ela, por exemplo. Indivíduos que já foram presos avaliam mais negativamente do que os demais. Pessoas que já foram advertidas ou receberam multas no trânsito também expressam menor confiança (BROWN & BENEDICT, 2002: 552; CAO, 2011: 06 apud SILVA, 2012).

É notório que quando a polícia inicia o contato e ainda repreende, multa ou prende o indivíduo, esta passa a avaliar negativamente a instituição baseada na experiência passada ruim. (SKOGAN, 1984 apud SILVA; BEATO, 2013).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Metodologia

5.1.1 Pressuposto epistemológicos

Em relação aos paradigmas epistemológicos, o presente trabalho seguirá o modelo positivo, pois terá o objetivo de compreender, através de uma análise de dado, a percepção da sociedade do Polo Coroadinho em relação ao trabalho policial militar.

5.2.2 Abordagem e tipologia da pesquisa

O presente trabalho buscou, através de uma análise de dado, a percepção da sociedade do Polo Coroadinho no período de 2021- 2022, dessa forma, trata-se de uma pesquisa quantitativa. O questionário foi aplicado entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022. É importante destacar que, optou-se pela não identificação das pessoas que responderam ao questionário e também de quem aplicou a fim de garantir a imparcialidade e um resultado mais próximo possível da realidade.

Do ponto de vista dos objetivos, este trabalho seguirá a modelo exploratória, pois procura uma visão geral de determinado fato (PRODANOV; FEITAS, 2013). Além de apresentar uma natureza descritiva, pois tem o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento das pesquisas sobre o tema abordado neste trabalho.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se se uma abordagem seguindo o modelo bibliográfico, pois utilizará trabalhos acadêmicos publicados e listadas no referencial teórico. Além de possuir características de levantamento de dados.

5.2 Local da pesquisa

O questionário foi aplicado no Polo Coroadinho, localizado na capital na capital maranhense, São Luís.

O Bairro do Coroadinho surgiu de modo mais notável no cenário ludovicense na década de 1980, quando pessoas vindas do interior do Estado do Maranhão e de outras ocupações dentro de São Luís, resolvem se instalar às beiras do Rio Bicas e ali fixar moradia. Essa ocupação gerará uma disputa judicial pelas terras ocupadas e mesmo com decisão favorável para os moradores, não livrará a população do esquecimento e da ausência do Estado nesta região (PIO; ARAÚJO, 2019, P.3).

Em meados dos anos 90 o bairro finalmente passou integrar legalmente a cidade de São Luís através da Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992 em seu artigo 6º, XLI que dispõe os direitos do Coroadinho. No entanto, embora a ocupação tenha começado nos anos 70 a expansão ainda acontece atualmente (PIO; ARAÚJO, 2019).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- (IBGE,2010), a estimativa para a população do Coroadinho é de aproximadamente 53.945 mil habitantes. Sendo que este quantitativa é o universo da amostra.

5.3 Técnicas de pesquisa, tratamento de dados

Os dados obtidos passaram por uma análise de conteúdo e seguirá para uma análise estatística dos resultados. Para (BERVIAN; CERVO, 2014), “os dados são colhidos e apresentados em tabelas e podem ser submetidos ou não ao tratamento estatístico. Posteriormente, todas as informações foram reunidas e comparadas entre si”. Dessa forma, serão apresentados por forma gráfica.

5.4 Universo da amostra

Para Barbeta (1998), a amostra deve estar relacionada com a pergunta feita na pesquisa, no tipo de estudo e as variáveis que serão abordadas. A pesquisa será direcionada aos residentes do Polo Coroadinho com a idade superior a 18 anos, preocupando-se sempre com diversidade da amostra e a garantia da não interferência na opinião dos abordados.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-(IBGE,2010) o polo Coroadinho possui 53.945 habitantes sendo a quarta maior favela do país. A partir desse dado é possível fazer o cálculo da amostra de interesse desse estudo.

Foi usada a equação;

$$n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{Z^2.p.(1-p) + e^2.(N-1)}, \quad (1)$$

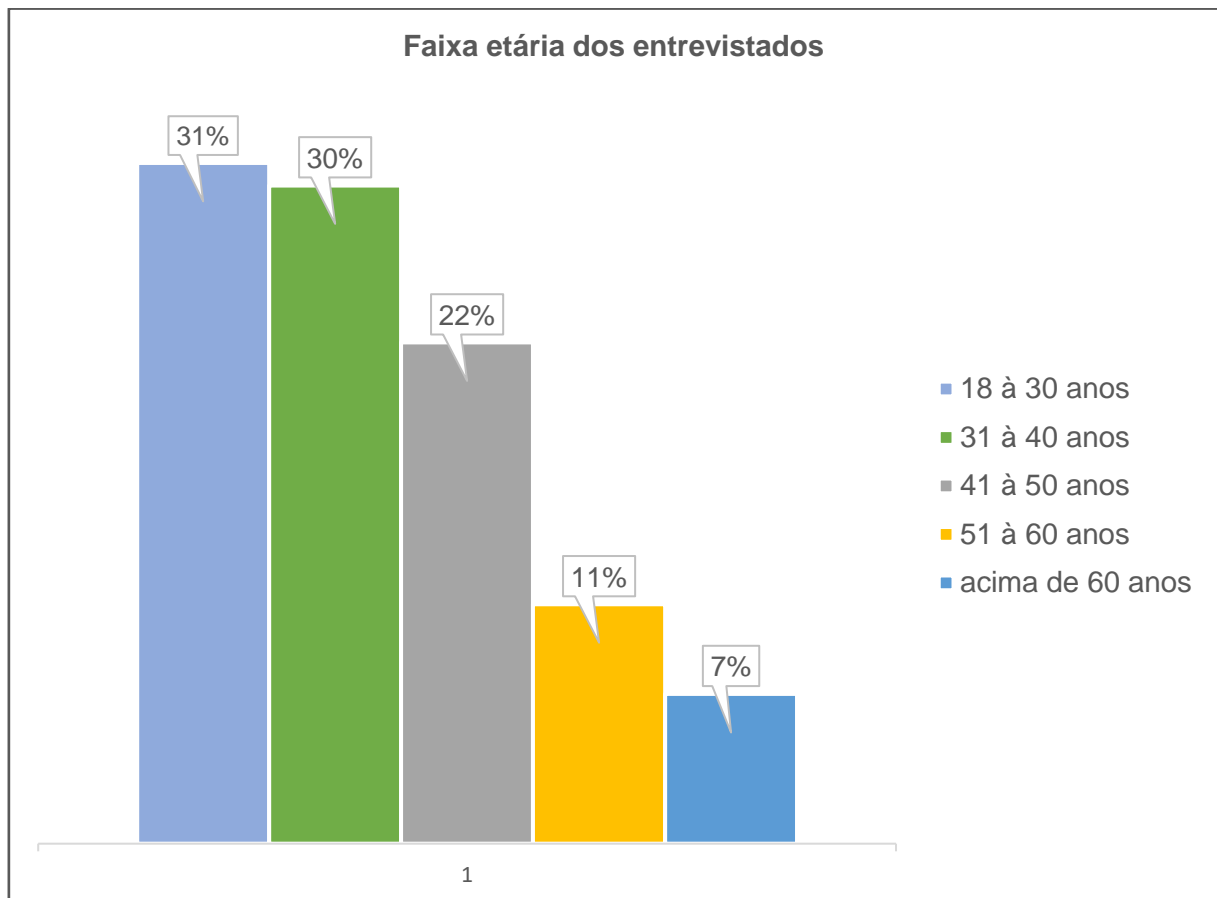
Com o objetivo de se obter 90% de confiança e 5% de erro. Onde: n – amostra calculada; N – População; Z – variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança; e – erro amostral e p – verdadeira probabilidade do evento (CARVALHO; CASTRO, 2001). Dessa forma, pode-se obter um valor para a amostra de 270 entrevistados.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 Tratamento dos dados

Para dar início a pesquisa, buscou-se conhecer os entrevistados a partir de informações básicas, como: sexo, idade, nível de escolaridade e bairro onde reside. Dessa forma, o primeiro questionamento foi a idade da amostra, representado no gráfico 1.

Gráfico 1- Faixa etária da amostra

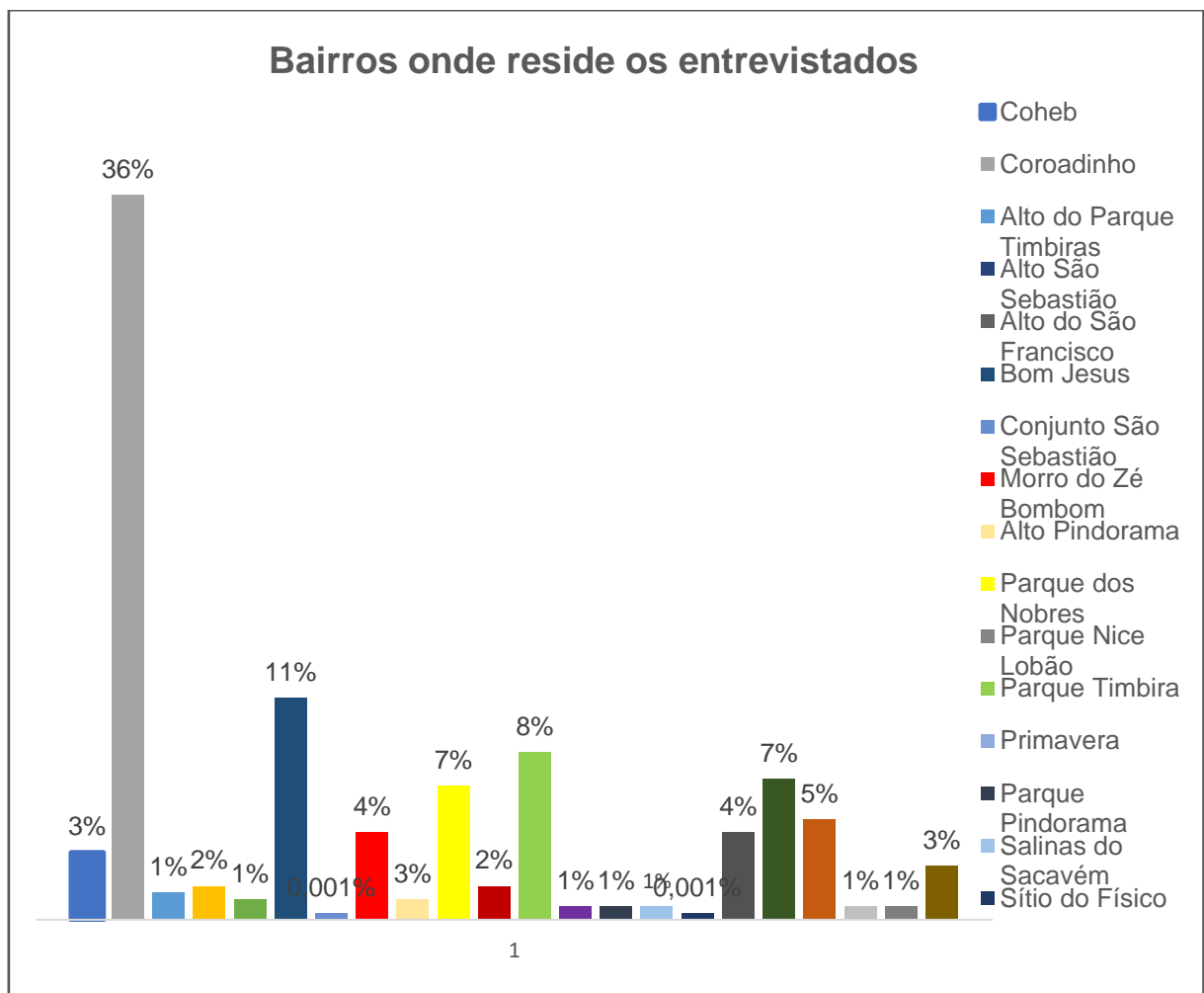


Fonte: O autor (2022).

Ao analisar a faixa etária dos entrevistados é possível observar que a maioria dos entrevistados possui entre 18 à 30 anos (31%), portanto, sendo considerados jovens. Em seguida, a segunda maior porcentagem está na faixa etária dos adultos (31 à 40 anos) com 30%. Em contra partida, a faixa entre 51 à 60 anos e as pessoas acima de 60 anos, foram as que menos foram abordadas na aplicação do questionário.

Pode-se tirar uma possível conclusão que a presença dos jovens e adultos em maior número na amostra pode está ligado ao fato que o formulário ter sido aplicado em locais públicos no Polo Coroadinho, como: bares, lanchonetes, comércios em geral, praças, igrejas, escolas com educação de Jovens e adultos e feiras livres. No entanto, a decisão de aplicar o formulário nestes locais foi para manter a imparcialidade da pesquisa e a heterogeneidade da amostra.

Gráfico 2- Bairro onde reside os entrevistados



Fonte: O autor (2022)

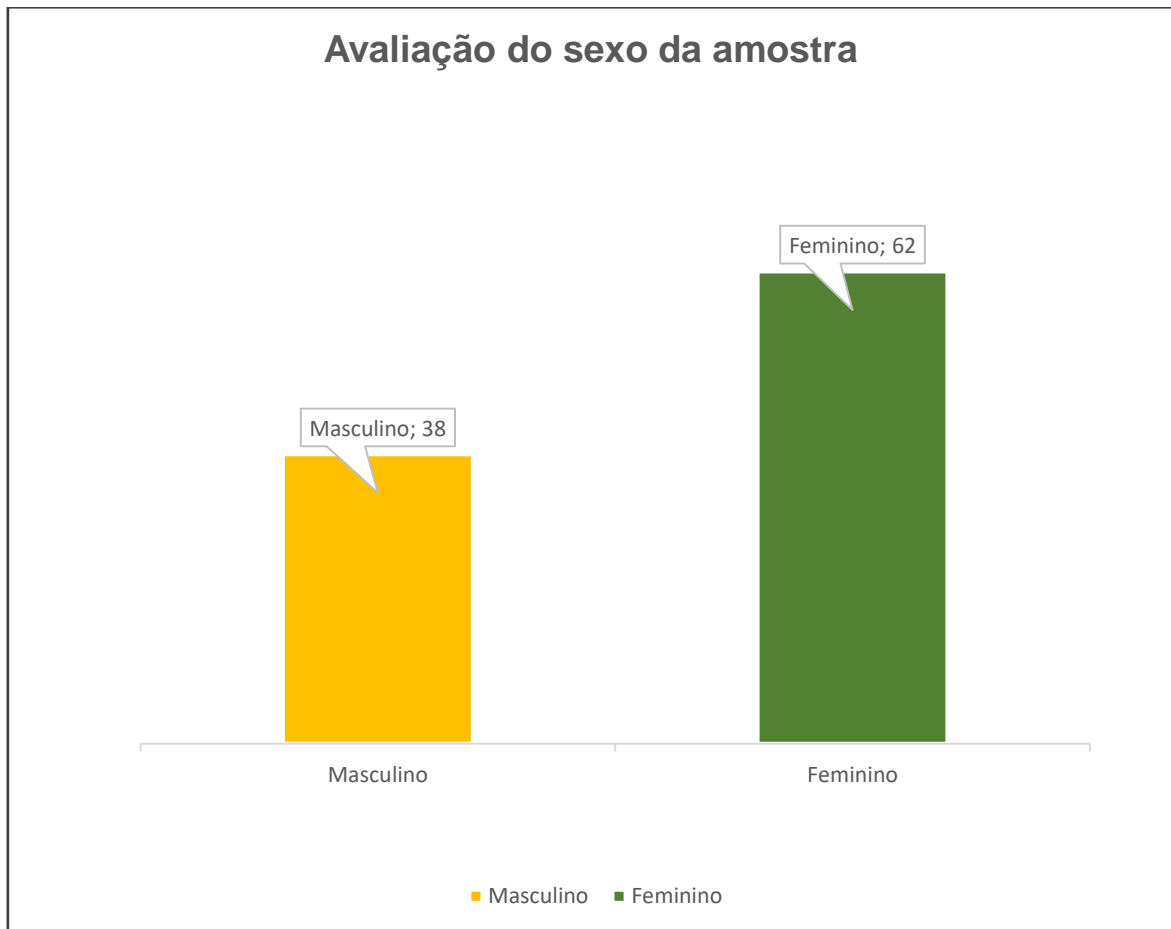
A partir da análise do gráfico 2, é possível conhecer os bairros do Polo Coroadinho no qual os entrevistados residem. Nota-se que a maioria dos indivíduos mora no Bairro do Coroadinho, sendo seguido pelo Bom Jesus, Parque Timbiras, Parque dos Nobres e Alto São Francisco, com 36%, 11%, 8%, 7% e 7%, respectivamente.

Nota-se que os bairros com os maiores representantes da amostra são os com maior densidade demográfica e com maior número de domicílios (PIO, p.179,2020).

Marco Aurélio de Jesus Pio em seu livro intitulado, Desenvolvimento e Contradições no Coroadinho, relata ainda que o bairro do Coroadinho possui, aproximadamente, 6(seis) mil domicílios e mais de 20(vinte) mil pessoas residentes (PIO, p.179,2020).

Portanto a grande quantidade de moradores do Coroadinho presente na amostra, pode ser prevista devido a sua densidade demográfica, porém o polo Coroadinho continua se expandindo e, portanto, implantação de “invasões” e novos bairros ainda poderão surgir e que pode não ter sido contabilizado neste trabalho no momento da aplicação do formulário.

Gráfico 3- Avaliação do sexo da amostra

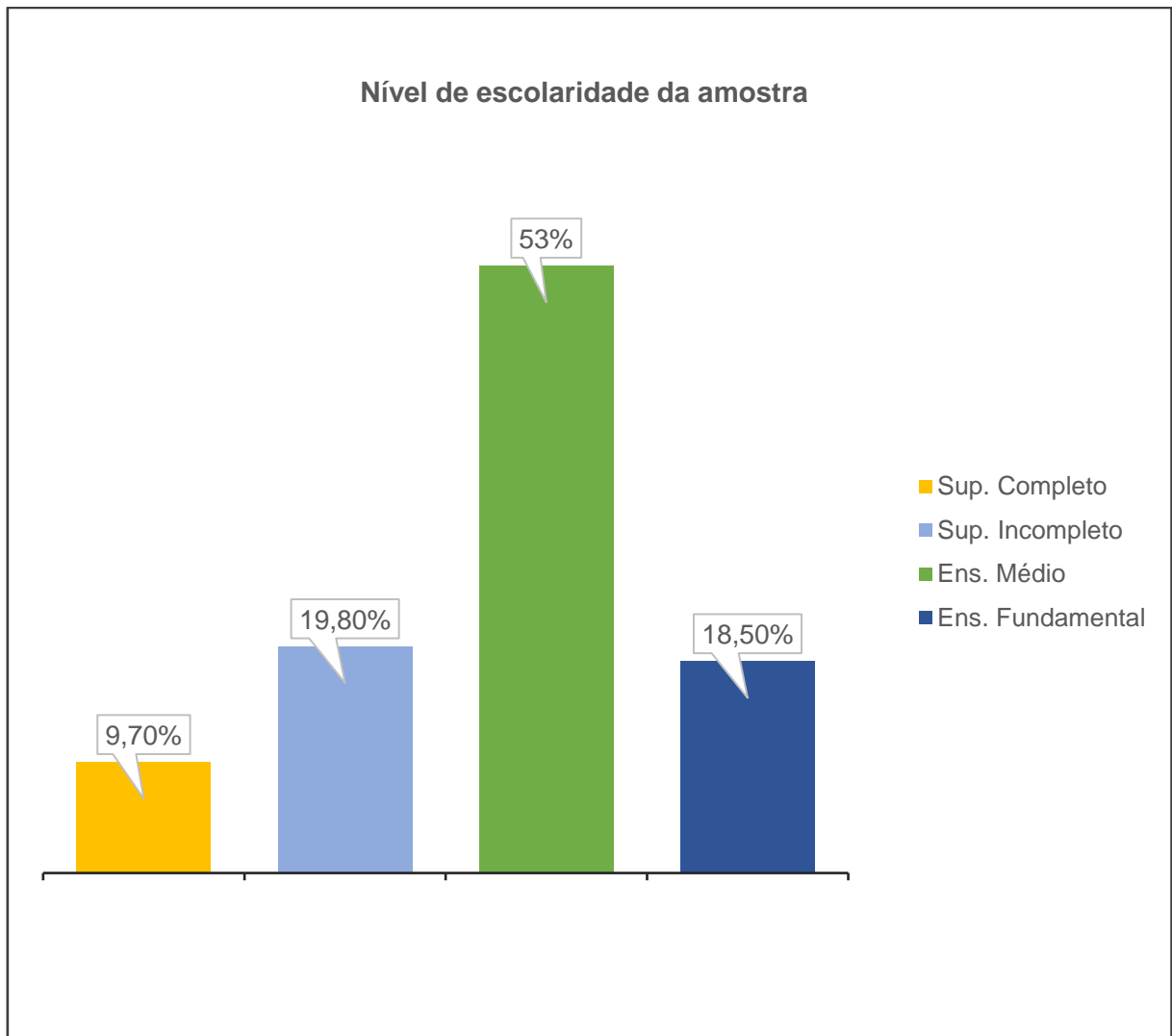


Fonte: O autor (2022)

No gráfico 3, nota-se uma grande diferença entre o quantitativo masculino e feminino dos entrevistados, com o equivalente a 37,9% sendo masculino e 62,1% feminino. O que gera um quantitativo de, aproximadamente, 113 homens e 185 mulheres.

Posteriormente, buscou-se observar o nível de escolaridade das pessoas submetidas aos questionamentos. Como é apresentado no gráfico 4.

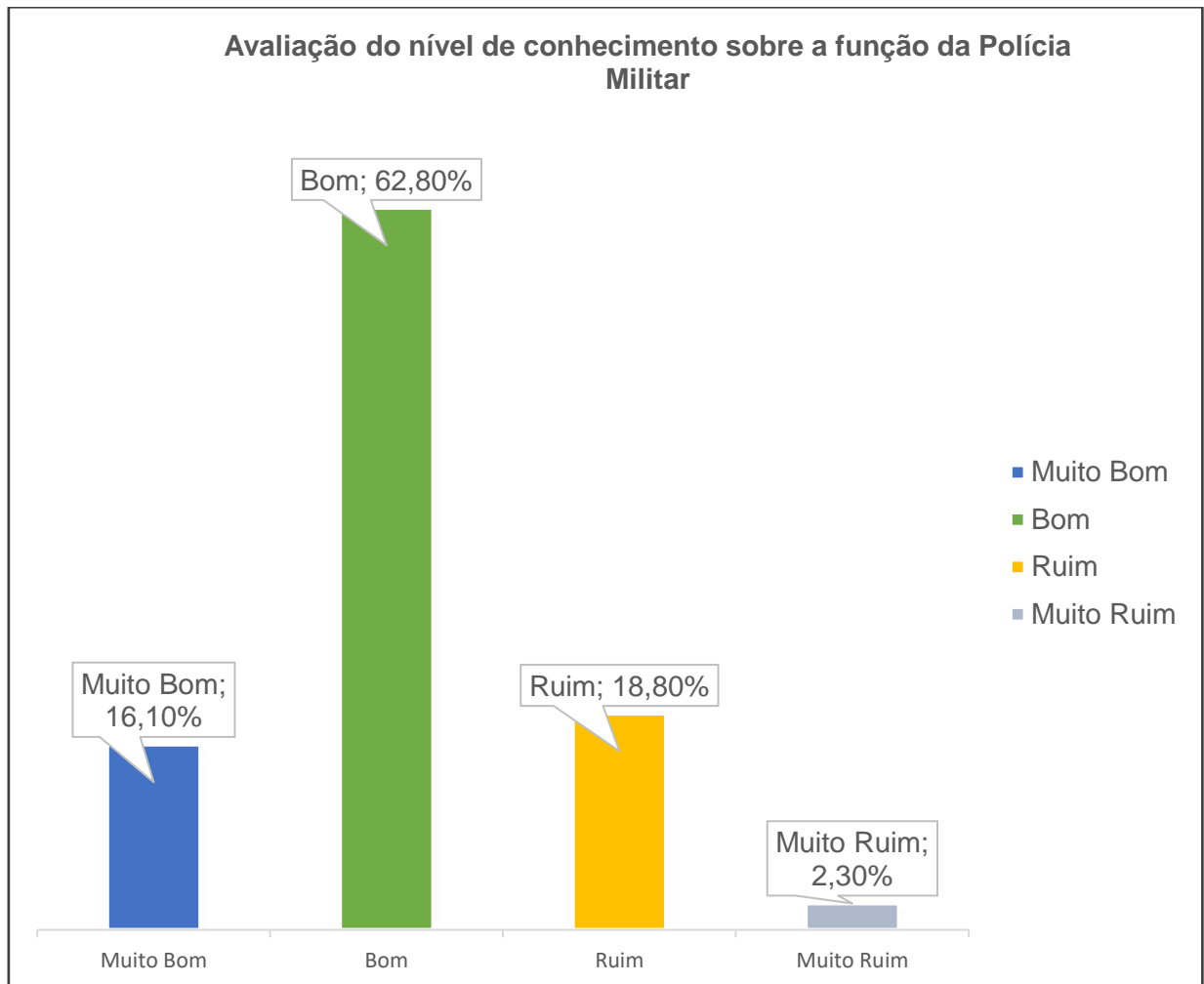
Gráfico 4- Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: O autor (2022

A partir da análise do gráfico 4, é possível observar que 53% dos entrevistados apresentam o colegial, e apenas 9,7% possui uma formação superior, 18,5% estão cursando ou abandonaram as faculdades e 18,8% possui apenas o ensino fundamental. Por meio desta análise, é possível notar o baixo nível de instrução da amostra, visto que 55 não cursaram o colegial e 158 pessoas não conseguiram continuar com os estudos formais.

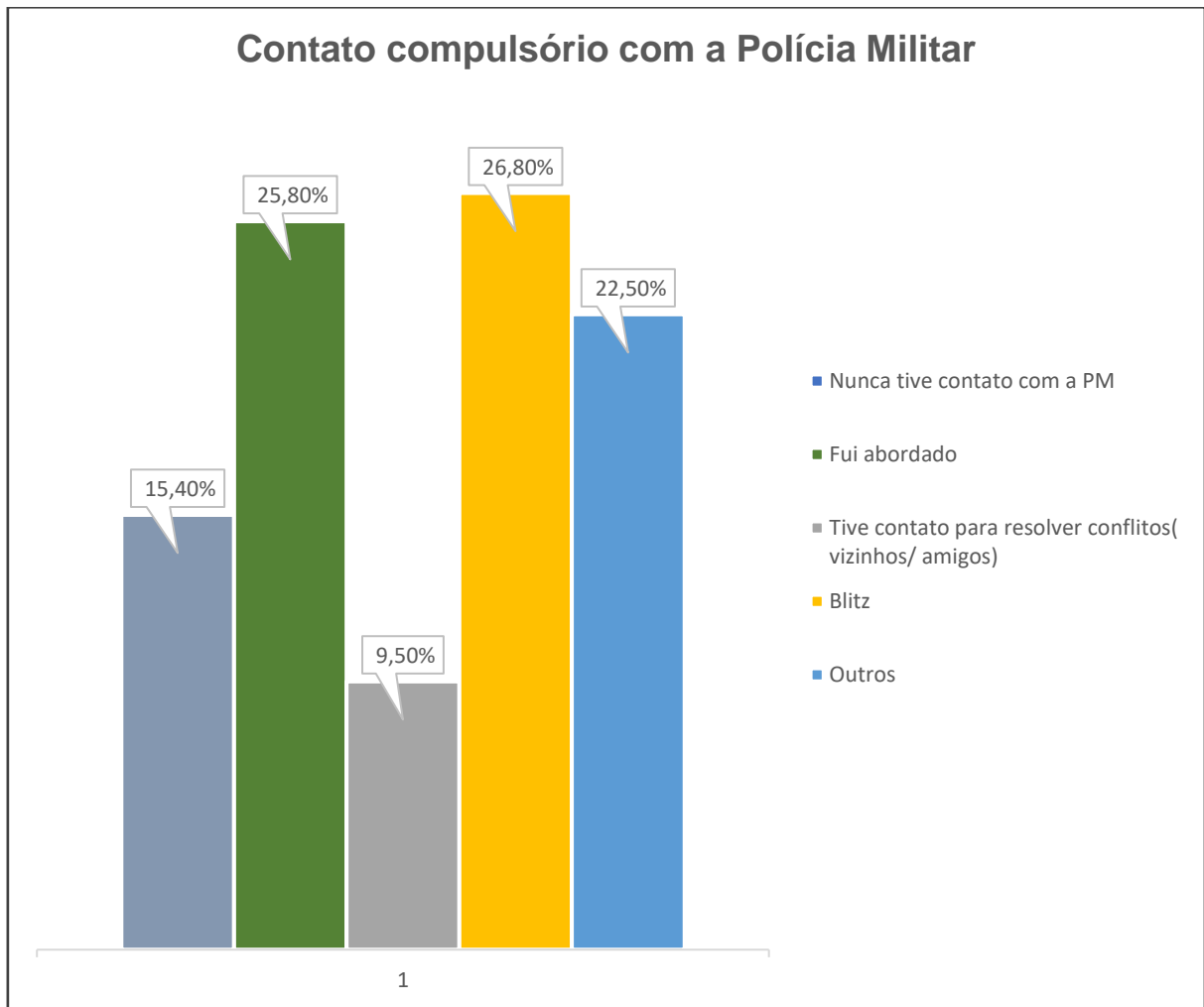
Gráfico 5- Nível de conhecimento dos entrevistados



Fonte: O autor (2022)

Em seguida, buscou-se verificar o nível de conhecimento sobre a função que a polícia militar, ou seja, se as pessoas que foram submetidas aos questionamentos alvo dessa pesquisa, tem um conhecimento sobre a atuação dos agentes da Polícia Militar, suas obrigações e limitações. Obteve-se então, que 62,8% (187 pessoas) avaliação seu conhecimento sobre a função da PM como “BOM”; 16,1% (aproximadamente 48 pessoas) MUITO BOM”; 18,8% (56 pessoas) avalia como “RUIM” e apenas 2,3% (aproximadamente 7 pessoas) com “MUITO RUIM”.

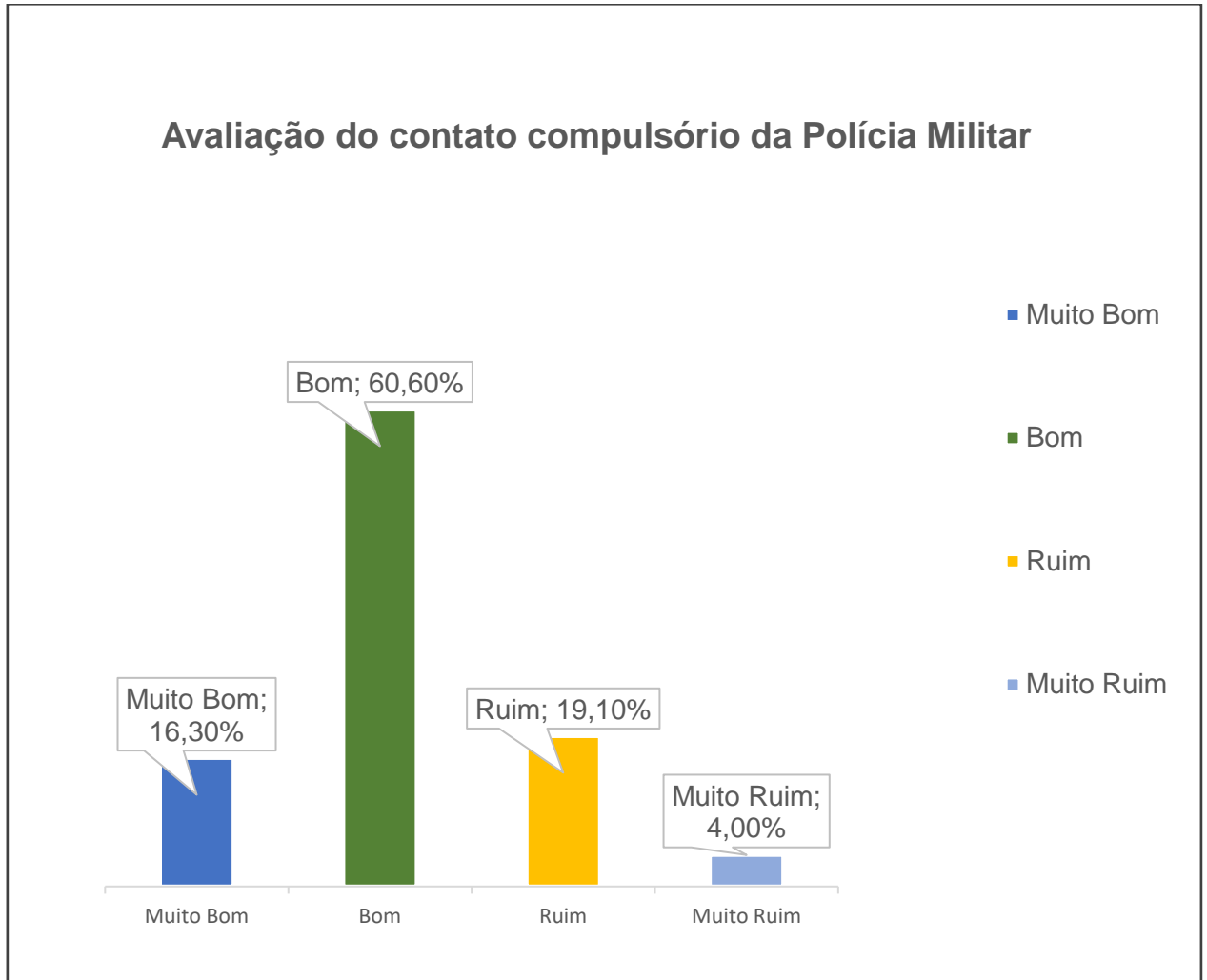
Gráfico 6- Contato compulsório



Fonte: O autor (2022)

Tornou-se necessário averiguar o tipo de contato compulsório que os que os entrevistados tiveram com a polícia militar. Fez-se um levantamento de todos os mais frequentes contatos, sendo eles abordagem, blitz e contato para resolver conflitos com vizinhos e parentes. Obteve-se 26% dos entrevistados foram abordados, 8,4% teve contato resolver conflitos com vizinhos e parentes, 15% afirma que nunca teve contato, 27% submetidos a blitz e 23% relataram que foram submetidos a outros contatos.

Gráfico 7- Avaliação do contato compulsório da polícia militar

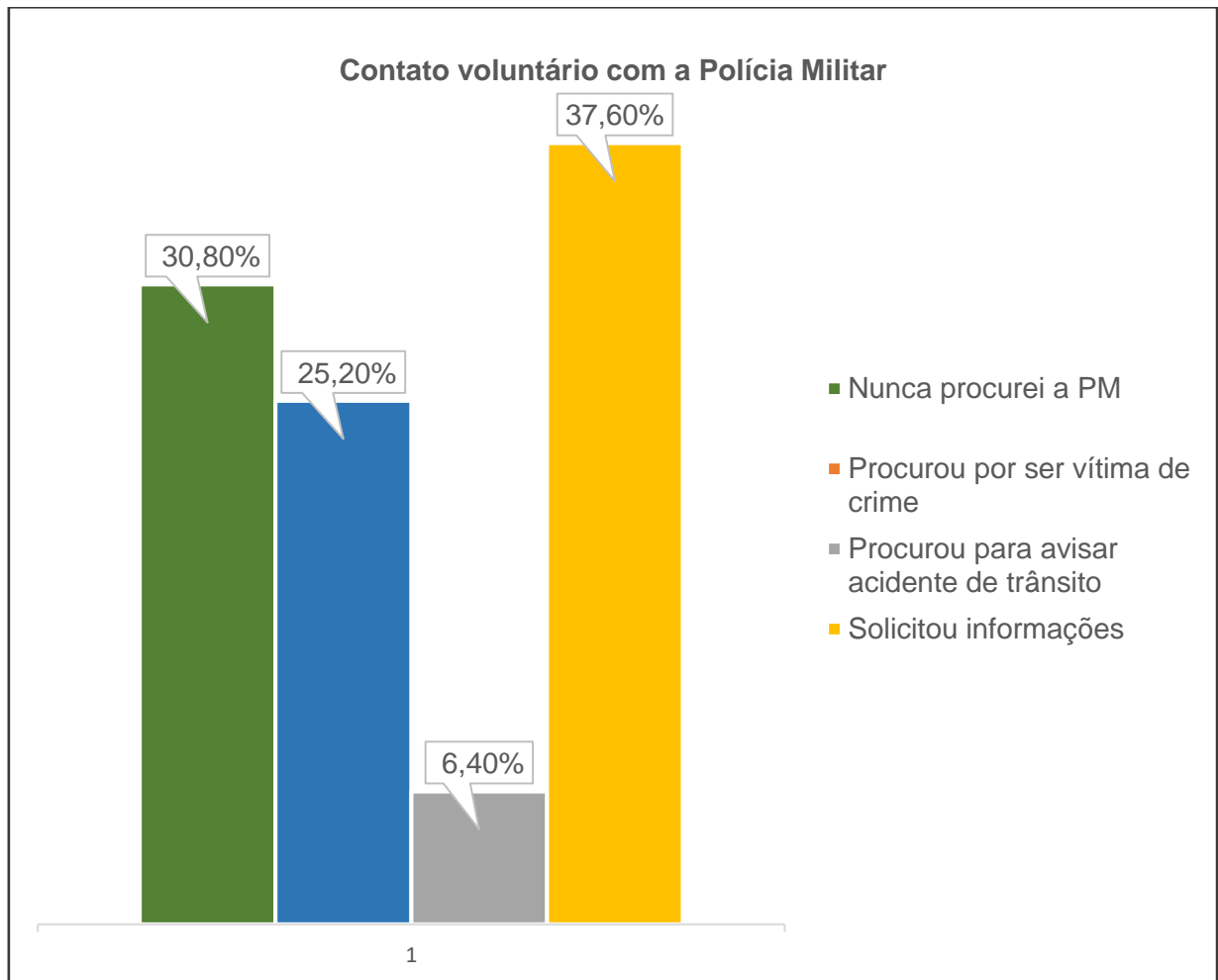


Fonte: O autor (2022)

Conhecendo os quantitativos de entrevistados que possuíram algum tipo de contato, observou-se então que 83,5% (aproximadamente 249) das pessoas que responderam o questionário passaram por um tipo de contato com a polícia militar.

Dessa forma, se buscou conhecer como essas pessoas avaliam os serviços prestados com os quais foram submetidos. Assim, 60,6% (150 pessoas) avaliam com "BOM"; 16,3% (aproximadamente 40 pessoas) como "MUITO BOM"; 4,1% (aproximadamente 11 pessoas) "MUITO RUIM" e 19,1% (aproximadamente 47 pessoas) "RUIM". Pode-se concluir que a maioria dos entrevistados que passaram por algum contato compulsório aprovam o atendimento da polícia.

Gráfico 8- Avaliação do contato voluntário

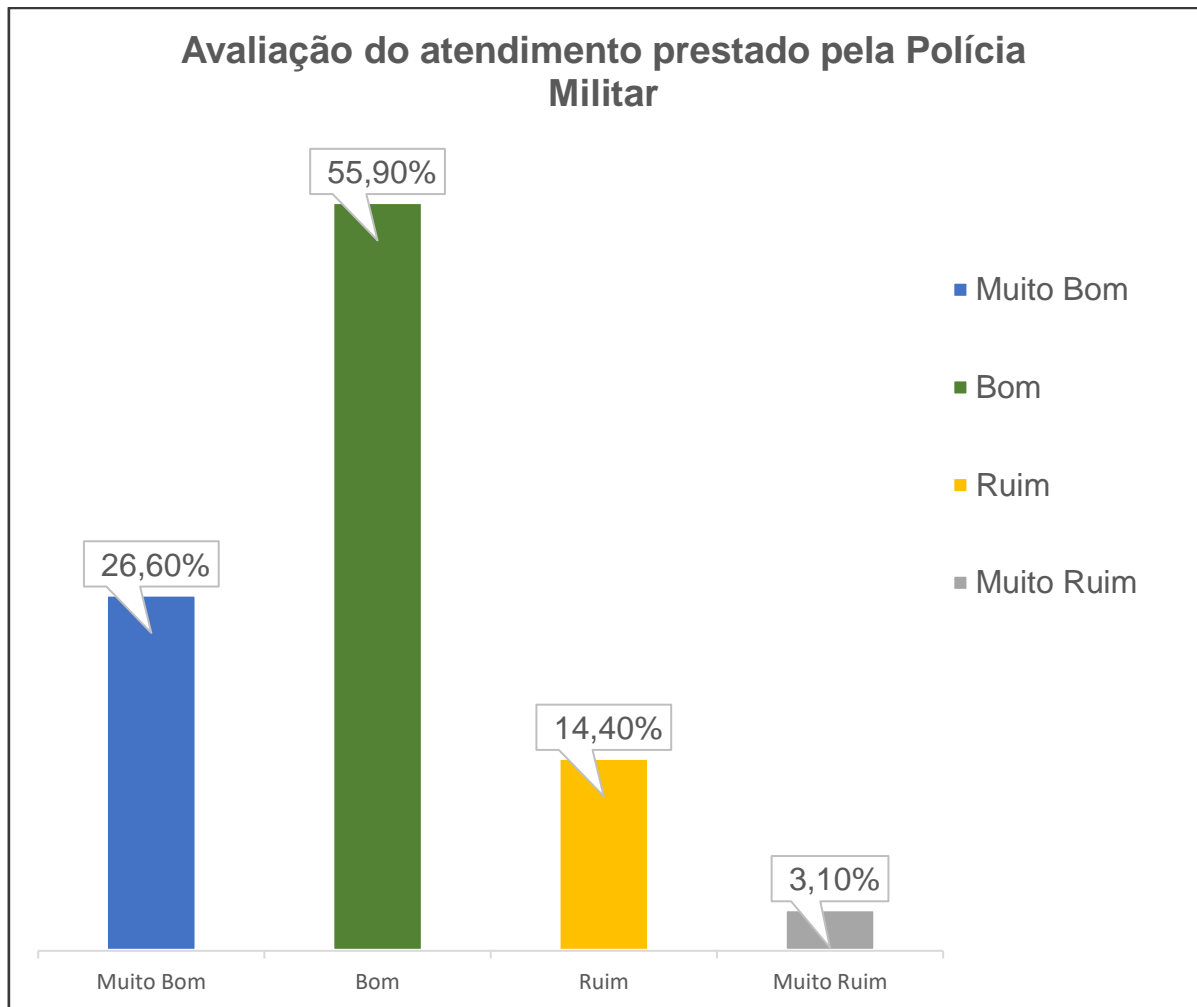


Fonte: O autor (2022)

Houve também a necessidade de conhecer se os entrevistados procuraram a polícia para obter informações, relatar algum crime que tenha sofrido ou relatar algum acidente de trânsito. Alcançou-se então que 25,2% procuraram a polícia para denunciar algum crime que tenha sofrido, 37,6% procuraram para obter informações, 6,4% para avisar sobre acidentes de trânsito e 30,9% relataram que nunca procuraram a polícia.

A partir da do quantitativo percentual das pessoas que afirmaram procurar a polícia, é possível observar que 69,2% (aproximadamente 206 pessoas) dos entrevistados passaram pelo contato voluntário e apenas 30,9% (aproximadamente 92 pessoas) não precisaram procurar a polícia.

Gráfico 9- Avaliação do serviço prestado pelo contato voluntário

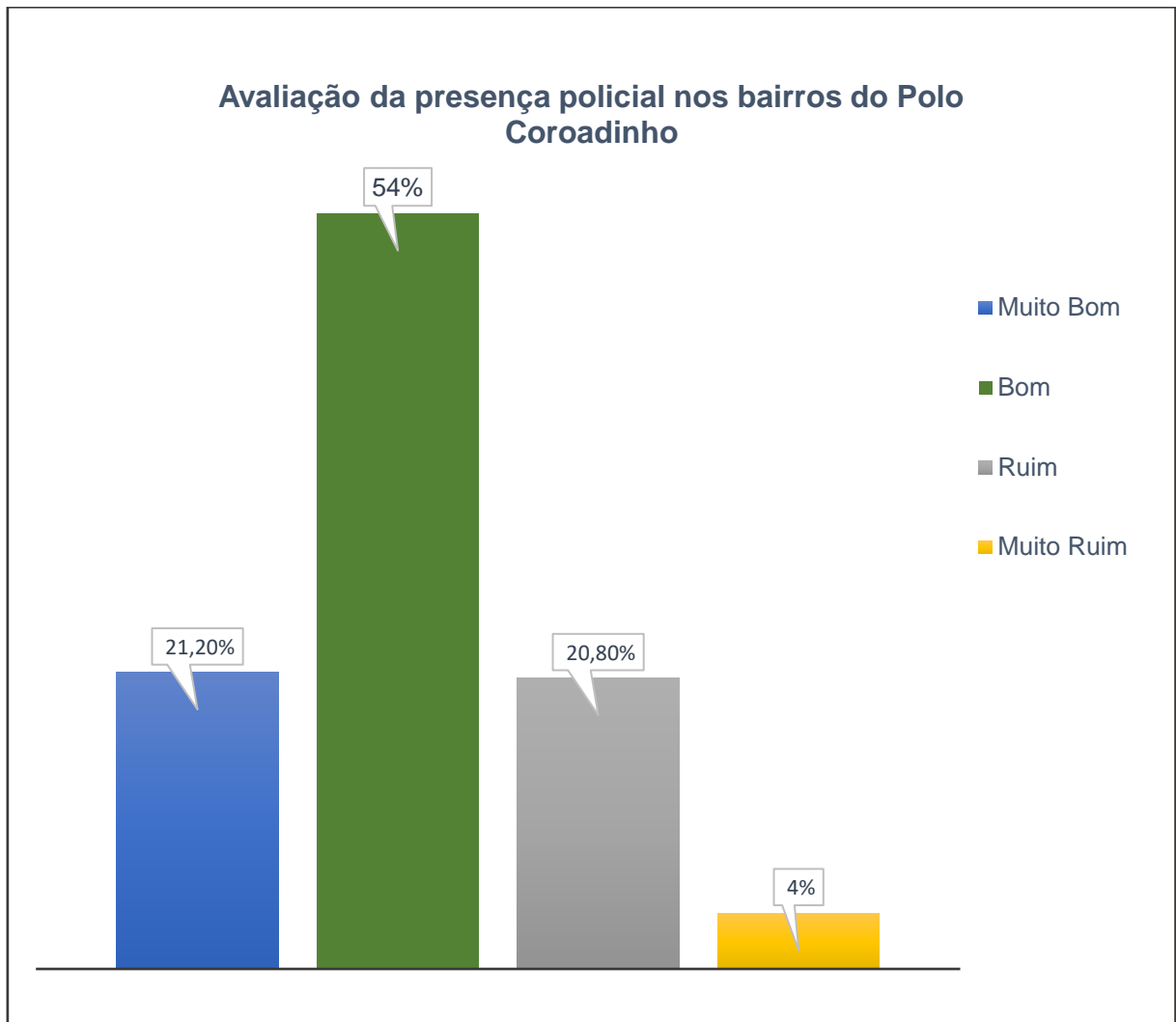


Fonte: O autor (2022)

A partir do conhecimento dos resultados numéricos das pessoas que procuraram a polícia militar, fez-se necessário identificar como os entrevistados avaliam o atendimento prestado pela polícia militar quando as pessoas procuravam a instituição. Sendo que, 55,9% (aproximadamente 167 pessoas) dos entrevistados avaliam o atendimento prestado como “BOM”; 26,6% (79 pessoas) “MUITO BOM”; 14,4% (aproximadamente 43 pessoas) como “MUITO RUIM” e 3,1% (09 pessoas) “RUIM”.

Portanto, nota-se que a maioria dos entrevistados avaliam positivamente os serviços gerados através do contato voluntário, esse resultado é previsto pela literatura que afirma que as pessoas que procuram a polícia voluntariamente tendem mais a avaliam positivamente e a confiar mais no trabalho da polícia.

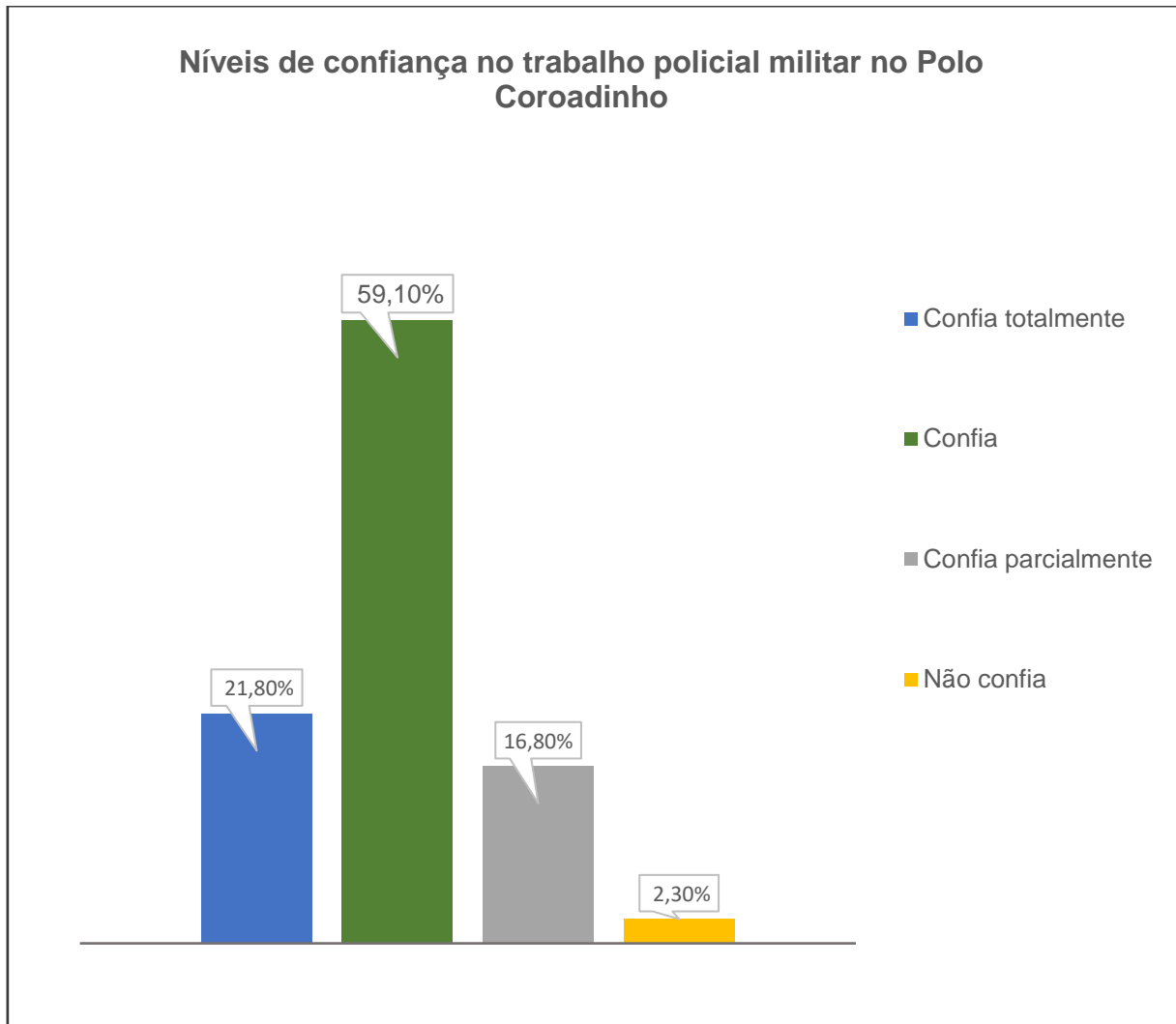
Gráfico 10- Avaliação da presença policial nos bairros do Polo Coroadinho



Fonte: O autor (2022)

Ao avaliar os tipos de contatos compulsório ou voluntário que os entrevistados foram submetidos e, conseqüentemente, como eles avaliaram esses atendimentos. Tornou-se necessário conhecer com as pessoas estimam a presença policial nos bairros pertencentes ao Polo Coroadinho. Mediu-se então, que 54% dos entrevistados avaliam como “BOM”; 21,1% como “MUITO BOM”; 20,8% “RUIM” e 4% “MUITO RUIM”. Por mais que $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos entrevistados aprovam a presença policial no seu bairro é importante observar que $\frac{1}{4}$ da população avaliam essa presença negativamente.

Gráfico 11- Nível de confiança da população no trabalho policial militar



Fonte: O autor (2022)

Ao obter os resultados quantitativos do nível de confiança da população no trabalho policial militar, catalogou-se que 21,8% dos entrevistados “CONFIA TOTALMENTE”; 59,1% “CONFIA”; 16,8% “CONFIAM PARCIALMENTE” e 2,3% “NÃO CONFIA” no trabalho policial militar. A partir da análise dos dados obtidos e apresentados nessa pesquisa que cerca de 80,9% dos entrevistados confiam no trabalho policial militar feito no Polo Coroadinho. Entretanto, vale ressaltar que, percebe-se que 19,1% entrevistados possui um nível de confiança baixo em relação à polícia milita.

De acordo com SILVA (2012), os fatores sociodemográficos possuem um fator decisivo na influência dos níveis de confiança do trabalho policial militar. BROWN & BENEDICT, 2002; WEITZER & TUCH, 2004: 307) ainda afirma a idade e o nível de escolaridade e o sexo são fatores determinantes para os altos níveis de confiança. Os

autores ainda relatam nos seus trabalhos que os adultos, a mulheres e as pessoas com menor nível de instrução formal tendem a confiar mais no trabalho da polícia militar. No entanto é possível notar que outros fatores também induziram os resultados obtidos nesse trabalho, como por exemplo: a presença policial nos bairros, a alta satisfação dos serviços prestados pelos contatos voluntários e compulsório e os trabalhos sociais como forma de aproximação entre a polícia e a sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se restringiu a analisar a confiança do trabalho policial militar no Polo Coroadinho, sendo este um bairro tradicional na capital maranhense e a 4º(quarta) maior favela do Brasil (IBGE, 2010), diagnosticando os fatores que interferem nos níveis de confiança. Para o maior conhecimento sobre o assunto se fez necessário um levantamento bibliográfico sobre os principais fatores que determinam a confiança da população na Polícia Militar, sendo as características sociodemográficas, o tipo de contato com a PM, os níveis de conhecimento sobre a função institucional e eficiência da polícia militar.

Os estudos sobre a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública, tem se tornado cada vez mais debatido no mundo acadêmico, porém este efeito não tem sido identificado no Brasil. No entanto, os impactos da confiança populacional nas instituições governamentais, principalmente, de segurança pública são de tal importância na manutenção do regime democrático. Em países, onde são instalados regimes ditatoriais é comum relatos de abusos físicos e morais, negligências e corrupção por parte da polícia (GOLDSMITH, 2005, p. 448).

A partir da análise dos textos acadêmicos é possível observar que os principais fatores socioeconômicos que influenciam na confiança individual no trabalho policial militar estão ligados ao nível de instrução do indivíduo, a idade, tipo de contato com a polícia e a eficiência do trabalho policial. Corroborando com esses dados, obteve-se que a maioria da amostra, alvo desse estudo, possui entre 18 e 40 anos. Em relação ao nível de instrução, 53% possui apenas o ensino médio completo e 18,5% o ensino fundamental, em contrapartida com 9,7% que são graduados e 19,8% ainda estão cursando ou abandonaram a faculdade.

Quando se fez os levantamentos em relação a opinião sobre a polícia militar, esse extraiu valores no qual 85% dos entrevistados teve algum contato compulsório com a polícia militar, sendo o atendimento aprovados por 76%, aproximadamente. No quesito “contato voluntário”, 62% responderam que já procuraram a PM e, desse quantitativo apenas 17% desaprovaram os serviços prestados pela instituição.

Ao avaliar a presença policial nos bairros do polo Coroadinho, 74,80% se sente satisfeito com as rondas rotineiras nos seus bairros.

Para os níveis de confiança, 80,9% dos entrevistados afirmam que confiam no trabalho da polícia militar, 16,8% confia parcialmente e 2,3% não confiam.

Observou que os resultados obtidos neste trabalho destoam com a literatura quando se trata da faixa etária dos indivíduos, mas corroborando em relação ao tipo de contato, a eficiência da instituição como fatores que podem influenciar a confiança na polícia. Verificou-se também que o nível de escolaridade ainda é divergente entre os estudiosos, e que este fator pode ter seus efeitos positivos ou negativos dependendo da sociedade e do regime estatal no qual o indivíduo está inserido. Assim, o grau de instrução é um indicador importante para consolidação da polícia com instituição que assegura o estado democrático de direitos.

O presente trabalho demonstrou que embora fatores históricos de violência nos bairros que compõem o Polo Coroadinho, décadas de abandono do Estado a essa população que levaria a uma conclusão precoce sobre a baixa confiança da população tem sido transformada a partir de incentivos por meio da segurança pública na aproximação da polícia com a comunidade, além da demonstração da eficiência da instituição em buscar resolver os problemas de segurança pública, não apenas no investimentos de policiamento ordinário, como também na busca de inserir e consolidar uma aproximação entre polícia e comunidade. Todavia, esses esforços precisam ser mantidos e melhorados a fim de garantir resultados a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

- BAYLEY, D.; SKOLNICK, J. **Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BRADFORD, Ben. The Quality of Police Contact: Procedural Justice Concerns among Victims of Crime in London. **LSE Working Paper**, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.
- BRITO, T. L. **Segurança Pública no Estado Democrático de Direito e sua relação com os direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/V%20MOSTRA%20DE%20PRODUO%20CIENTIFICA/DIREITO/31-.pdf>>. Acesso em: 11 janeiro. 2020.
- BROWN, Ben and BENEDICT, William Reed. **Perceptions of the police: past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications**. **Policing**, 2002, 25: 543–580.
- CARVALHO, S. M. R.; CASTRO, A. A. **Projeto de pesquisa (parte VIII – m-Método estatístico / tamanho da amostra)**. Disponível em:< http://www.usinadepesquisa.com/pdf/pesquisar/lv4_10_tamanho.pdf>. Acesso em 13 de nov. 2021
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual Básico: elementos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2008. V. 1.
- GOLDSMITH, Andrew. **Police reform and the problem of trust**. **Theoretical Criminology**, November, 2005, 9:443-470.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Segurança Pública (2011)**. Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110330_sips_seguranapublica.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2022 às 14H.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) - Segurança Pública (2012)**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2022 às 10H.

KAHN, T. **Segurança pública e trabalho policial no Brasil**. In. 'Promoting Human Rights through good governance in Brazil'. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford: 2003 (conference).

LOPES, C. S. Por que os brasileiros desconfiam da polícia? Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. In: **7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, 2010, Recife. AT02 - Cultura Política e Democracia, 2010.

MAGALHÃES, P. A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política. **Análise Social** Vol. XXXVIII, 2003, 167, 443-465.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 1, março, 2005, p. 33-63.

OLIVEIRA J. Almir de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 5, Ed. 9, Ago/Set, 2011.

PAIXÃO, A. L. "A violência urbana e sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens". **Religião e Sociedade**, vol.15, nº 1, Iser/CER, 1990.

PIO, M. A. J. **Desenvolvimento e Contradições no Coroadinho**. Editora Safira, 2020- Lages, 2020.

PIO, M. A. J.; ARAÚJO, C. R. P. Ocupação, crescimento urbano desordenado e criminalidade: A luta por moradia no bairro do Coroadinho. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Belém, v. 5 n. 2, p. 32 – 50, jul/dez. 2019.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **História da PMMA**. Disponível em: <https://pm.ssp.ma.gov.br/historia-da-pmma/>. Acesso em: 19 out. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

ROLIM, Marcos Flávio. HERMANN, Daiana. Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 48, p. 188-21, maio-ago 2018.

SILVA, G. F. **Confiança na Polícia em Minas Gerais: O que importa?** 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, G. F.; BEATO C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 118-153.

SOUZA, A. F. **A polícia no estado de direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUSA, R. C.; MORAIS M. S. A. POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira. **V Jornada de políticas públicas**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

TANKEBE, J. Public confidence in the police: testing the effects of public experiences of police corruption in Ghana. **Brit. J. Criminol.**, 2010: 50, 296–319.

TAXMAN, Faye S. et al. Racial disparity and the legitimacy of the criminal justice system: exploring consequences for deterrence. **Journal of Health Care for the Poor and Underserved**, Vol.16, Num. 4 Supplement B, 2005, pp. 57-77.

TYLER, Tom R.; HUO, Yuen. **Trust in the Law: Encouraging Public Cooperation with the Police and Courts**. New York: Russell Sage Foundation, 2002.

TYLER, T. R.; FAGAN, Jeffrey. Legitimacy and Cooperation: Why Do People Help the Police Fight Crime in their Communities? **Ohio State Journal of Criminal Law**, n. 6, p. 231–75, 2008.

WESTMARLAND, Louise. Dodgy Customers? Can the Police Ever Trust the Public? **Policing: Journal of Policy and Practice**, v. 4, n. 3, p. 291–97, 2010.

ZILLI, Luís Felipe. COUTO, Vinícius Assis. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

WEITZER, Ronald and TUCH, Steven A. **Race and perceptions of police misconduct**.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos moradores do Polo Coroadinho

. Qual a sua idade?

- a) 18- 30
- b) 31- 40
- c) 41- 50
- d) 51-60
- e) acima de 60 anos

2. Qual seu sexo?

- a) Masculino
- b) Feminino

3. Qual bairro você reside?

4. Qual o seu nível de escolaridade?

- a) Ens. Fundamental
- b) Ens. Médio
- c) Superior Incompleto
- d) Ens. Superior completo

5. Qual o tipo de contato você teve em relação ao trabalho da Polícia Militar?

- a) Abordagem
- b) Blitz
- c) Teve contato para resolver conflito entre vizinhos/amigos
- d) Outros
- e) Não tive contato com a PMMA

6. Como você avalia as abordagens e interferências realizadas pela Polícia Militar?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Ruim
- d) Muito Ruim

7. Você já procurou a polícia para algum atendimento? Se sim. Qual o tipo de solicitação você fez?

- a) Solicitou informações
- b) Procurou por ser vítima de crime
- c) Procurou para avisar sobre acidente de trânsito
- d) Nunca solicitei

8. Como você avalia o atendimento prestado pela Polícia Militar?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Ruim
- d) Muito Ruim

9. Qual o seu nível de conhecimento acerca da função constitucional da Polícia Militar e seus limites de atuação?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Ruim
- d) Muito Ruim

10. Qual o seu nível de confiança em relação ao trabalho da Polícia Militar do Maranhão?

- a) Confia totalmente
- b) Confia
- c) Confia parcialmente
- d) Não confia

11. Como você avalia a presença policial no seu bairro?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Ruim
- d) Muito Ruim